



## SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS

## ATO Nº 16, DE 21 DE JUNHO DE 2016

A SECRETÁRIA DE GESTÃO DE PESSOAS SUBSTITUTA DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO, no uso de suas atribuições legais e regulamentares estabelecidas no inciso I do art. 76 do Regulamento Geral da Secretaria deste Tribunal, aprovado pela Resolução Administrativa nº 1.784/2015, e tendo em vista o constante do Processo TST nº 502.385/2016-2, resolve:

DECLARAR VAGO, desde 7/6/2016, em virtude de posse em outro cargo inacumulável, nos termos do inciso VIII do art. 33 da Lei nº 8.112/90, o cargo de provimento efetivo da Carreira Judiciária de Analista Judiciário, Área Judiciária, Classe B, Padrão 8, do Quadro de Pessoal da Secretaria deste Tribunal, ocupado pelo servidor RODRIGO TAVARES DE ABREU LIMA, código 44257.

KÁTIA EDWIGES DE SOUZA ALMEIDA  
BERNARDES

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL  
DO AMAZONAS

## PORTARIA Nº 496, DE 17 DE JUNHO DE 2016

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições legais e regimentais e considerando o que consta do Processo Administrativo Digital n. 000804/2016, resolve:

CONCEDER, com efeitos a contar de 25 de maio de 2012, pensão vitalícia a ALDO CUNHA, cônjuge da ex-servidora aposentada Zelinda Arantes Esteves da Costa, falecida naquela data, com valor inicial equivalente ao limite máximo estabelecido para os benefícios do Regime Geral de Previdência Social, acrescido de 70% (setenta por cento) da parcela dos proventos da referida aposentada que excedam àquele limite, sem paridade com os servidores ativos, com fundamento no art. 217, I, a, da Lei nº 8.112/90; art. 40, § 7º, inciso I, da Constituição Federal, incluído pela Emenda Constitucional n. 41/2003; art. 2º, inciso I, da Lei n. 10.887/2004, e com observância do Acórdão TCU/Plenário n. 2.553/2013.

Desembargador YÊDO SIMÕES DE OLIVEIRA

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL  
DO ESPÍRITO SANTO

## ATO Nº 77, DE 3 DE MARÇO DE 2016

O Desembargador Sérgio Luiz Teixeira Gama, Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais, resolve:

Dispensar o servidor DIOGO SATORI GOMES DE OLIVEIRA do exercício da Função Comissionada de Assistente I (FC-1), com lotação na 53ª ZE (Serra/ES), a partir de 26.01.16.

SÉRGIO LUIZ TEIXEIRA GAMA

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL  
DE MATO GROSSO

## PORTARIA Nº 253, DE 22 DE JUNHO DE 2016

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais e regimentais conferidas pelo artigo 19º, inciso XXIX do Regimento Interno do TRE/MT, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo SADP nº 35.711/2014,

CONSIDERANDO o Edital nº 15, de 16/06/2016, que tornou público o resultado final do Concurso Público nº 01/2015, publicado no DOU nº 115 e DJE nº 2162/2016, ambos de 17/06/2016, homologado pela Resolução TRE-MT nº 1802/2016, publicada no DJE nº 2165, de 22/06/2016;

CONSIDERANDO que 5% das vagas serão providas na forma do § 2º do artigo 5º da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, do Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999, e suas alterações, e da Resolução TSE nº 23.391, de 16 de maio de 2013;

CONSIDERANDO a Lei nº 12.990/2014 que reserva aos negros 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas nos concursos públicos para o provimento de cargos efetivos no âmbito da administração pública federal, bem ainda a Resolução CNJ nº 203, de 23/06/2015, resolve

Art. 1º Nomear a candidata EULA BARROS TEIXEIRA, habilitada em 1º lugar no concurso público realizado por este Tribunal, para, nos termos do art. 9º, inciso I, da Lei nº 8.112/90, exercer em caráter efetivo o cargo de Técnico Judiciário, Área de Atividade: Administrativa, do Quadro de Pessoal deste Tribunal, na vaga decorrente da Portaria nº 334/2014, publicada no DOU nº 158, de 19/08/2014.

Art. 2º Nomear o candidato EVANDRO RAMIREZ MIRANDA, habilitado em 2º lugar no concurso público realizado por este Tribunal, para, nos termos do art. 9º, inciso I, da Lei nº 8.112/90, exercer em caráter efetivo o cargo de Técnico Judiciário, Área de Atividade: Administrativa, do Quadro de Pessoal deste Tribunal, na vaga decorrente da Portaria nº 369/2014, publicada no DOU nº 168, de 02/09/2014.

Art. 3º Nomear o candidato MAURICIO MORAES DE SOUSA, habilitado em 1º lugar na lista classificatória dos candidatos declarados negros no concurso público realizado por este Tribunal, para, nos termos do art. 9º, inciso I, da Lei nº 8.112/90, exercer em caráter efetivo o cargo de Técnico Judiciário, Área de Atividade: Administrativa, do Quadro de Pessoal deste Tribunal, na vaga decorrente da Portaria nº 456/2015, publicada no DOU nº 213, de 04/11/2014.

Art. 4º Nomear a candidata DANIELE ANDRADE ALMEIDA, habilitada em 3º lugar no concurso público realizado por este Tribunal, para, nos termos do art. 9º, inciso I, da Lei nº 8.112/90, exercer em caráter efetivo o cargo de Técnico Judiciário, Área de Atividade: Administrativa, do Quadro de Pessoal deste Tribunal, na vaga decorrente da Portaria nº 45/2015, publicada no DOU nº 35, de 23/02/2015.

Art. 5º Nomear a candidata TATIANE GUERREIRO DE ALMEIDA SANTOS, habilitada, sub judge, em 1º lugar na lista classificatória dos candidatos declarados como pessoa com deficiência no concurso público realizado por este Tribunal, para, nos termos do art. 9º, inciso I, da Lei nº 8.112/90, exercer em caráter efetivo o cargo de Técnico Judiciário, Área de Atividade: Administrativa, do Quadro de Pessoal deste Tribunal, na vaga decorrente da Portaria nº 153/2015, publicada no DOU nº 102, de 1/06/2015.

Art. 6º Nomear o candidato EDUARDO JORGE MAGALHÃES COSTA, habilitado em 4º lugar no concurso público realizado por este Tribunal, para, nos termos do art. 9º, inciso I, da Lei nº 8.112/90, exercer em caráter efetivo o cargo de Técnico Judiciário, Área de Atividade: Administrativa, do Quadro de Pessoal deste Tribunal, na vaga decorrente da Portaria nº 378/2015, publicada no DOU nº 221, de 19/11/2015.

Art. 7º Nomear o candidato FERNANDO LUIS KRUPINSKI, habilitado em 5º lugar no concurso público realizado por este Tribunal, para, nos termos do art. 9º, inciso I, da Lei nº 8.112/90, exercer em caráter efetivo o cargo de Técnico Judiciário, Área de Atividade: Administrativa, do Quadro de Pessoal deste Tribunal, na vaga decorrente da Portaria nº 53/2014, publicada no DOU nº 27, de 11/02/2016.

Art. 8º Nomear o candidato THIAGO FRANCISCO FERREIRA COSTA, habilitado em 2º lugar na lista classificatória dos candidatos declarados negros no concurso público realizado por este Tribunal, para, nos termos do art. 9º, inciso I, da Lei nº 8.112/90, exercer em caráter efetivo o cargo de Técnico Judiciário, Área de Atividade: Administrativa, do Quadro de Pessoal deste Tribunal, na vaga decorrente da Portaria nº 60/2016, publicada no DOU nº 39, de 29/02/2016.

Art. 9º Nomear o candidato ANDERSON ANDRADE SPINOLA, habilitado em 6º lugar no concurso público realizado por este Tribunal, para, nos termos do art. 9º, inciso I, da Lei nº 8.112/90, exercer em caráter efetivo o cargo de Técnico Judiciário, Área de Atividade: Administrativa, do Quadro de Pessoal deste Tribunal, na vaga decorrente da Portaria nº 77/2016, publicada no DOU nº 41 de 02/03/2016.

Art. 10. Nomear a candidata MARINA TOSTES MIRANDA BARROSO, habilitada em 7º lugar no concurso público realizado por este Tribunal, para, nos termos do art. 9º, inciso I, da Lei nº 8.112/90, exercer em caráter efetivo o cargo de Técnico Judiciário, Área de Atividade: Administrativa, do Quadro de Pessoal deste Tribunal, na vaga decorrente da Portaria nº 84/2016, publicada no DOU nº 49, de 14/03/2016.

Art. 11. Nomear o candidato TIAGO DAME DE OLIVEIRA, habilitado em 8º lugar no concurso público realizado por este Tribunal, para, nos termos do art. 9º, inciso I, da Lei nº 8.112/90, exercer em caráter efetivo o cargo de Técnico Judiciário, Área de Atividade: Administrativa, do Quadro de Pessoal deste Tribunal, na vaga decorrente da Portaria nº 199/2016, publicada no DOU nº 103, de 1/06/2016.

Art. 12. Nomear o candidato WINDSON DE SOUSA VIANA, habilitado em 1º lugar no concurso público realizado por este Tribunal, para, nos termos do art. 9º, inciso I, da Lei nº 8.112/90, exercer em caráter efetivo o cargo de Técnico Judiciário, Área Apoio Especializado, Especialidade: Programação de Sistemas, do Quadro de Pessoal deste Tribunal, na vaga decorrente da Portaria nº 499/2013, publicada no DOU nº 220, de 12/11/2013.

Art. 13. Nomear o candidato GIOVANI JOSÉ FONTANA, habilitado em 2º lugar no concurso público realizado por este Tribunal, para, nos termos do art. 9º, inciso I, da Lei nº 8.112/90, exercer em caráter efetivo o cargo de Técnico Judiciário, Área Apoio Especializado, Especialidade: Programação de Sistemas, do Quadro de Pessoal deste Tribunal, na vaga decorrente da Portaria nº 196/2014, publicada no DOU nº 100, de 28/05/2014.

Art. 14. Nomear o candidato CARLOS HENRIQUE CLARO LEITE, habilitado em 1º lugar na lista classificatória dos candidatos declarados negros no concurso público realizado por este Tribunal, para, nos termos do art. 9º, inciso I, da Lei nº 8.112/90, exercer em caráter efetivo o cargo de Técnico Judiciário, Área Apoio Especializado, Especialidade: Programação de Sistemas, do Quadro de Pessoal deste Tribunal, na vaga decorrente da Portaria nº 262/2015, publicada no DOU nº 175, de 14/09/2015.

Art. 15. Nomear a candidata ISABELLA NATIARA FERREIRA COSTA, habilitado em 1º lugar no concurso público realizado por este Tribunal, para, nos termos do art. 9º, inciso I, da Lei nº 8.112/90, exercer em caráter efetivo o cargo de Analista Judiciário, Área de Atividade: Judiciária, do Quadro de Pessoal deste Tribunal, na vaga decorrente da Portaria nº 212/2014, publicada no DOU nº 124, de 02/07/2014.

Art. 16. Nomear a candidata ANA LUISA AGUIAR PACE, habilitada em 2º lugar no concurso público realizado por este Tribunal, para, nos termos do art. 9º, inciso I, da Lei nº 8.112/90, exercer em caráter efetivo o cargo de Analista Judiciário, Área de Atividade: Judiciária, do Quadro de Pessoal deste Tribunal, na vaga decorrente da Portaria nº 395/2014, publicada no DOU nº 194, de 08/10/2014.

Art. 17. Nomear o candidato AFRÂNIO CLAUDIANO ALVES, habilitado em 1º lugar na lista classificatória dos candidatos declarados negros no concurso público realizado por este Tribunal, para, nos termos do art. 9º, inciso I, da Lei nº 8.112/90, exercer em caráter efetivo o cargo de Analista Judiciário, Área de Atividade: Judiciária, do Quadro de Pessoal deste Tribunal, na vaga decorrente da Portaria nº 407/2014, publicada no DOU nº 207, de 27/10/2014.

Art. 18. Nomear o candidato RENIE BARÃO DA SILVA, habilitado em 3º lugar no concurso público realizado por este Tribunal, para, nos termos do art. 9º, inciso I, da Lei nº 8.112/90, exercer em caráter efetivo o cargo de Analista Judiciário, Área de Atividade: Judiciária, do Quadro de Pessoal deste Tribunal, na vaga decorrente da Portaria nº 195/2015, publicada no DOU nº 133 de 15/07/2015.

Art. 19. Nomear o candidato LEONARDO DA SILVA ARAÚJO, habilitado em 4º lugar no concurso público realizado por este Tribunal, para, nos termos do art. 9º, inciso I, da Lei nº 8.112/90, exercer em caráter efetivo o cargo de Analista Judiciário, Área de Atividade: Judiciária, do Quadro de Pessoal deste Tribunal, na vaga decorrente da Portaria nº 339/2014, publicada no DOU nº 209 de 03/11/2015.

Art. 20. Nomear o candidato GUILHERME CARLOS KOTVICZ, habilitado em 5º lugar no concurso público realizado por este Tribunal, para, nos termos do art. 9º, inciso I, da Lei nº 8.112/90, exercer em caráter efetivo o cargo de Analista Judiciário, Área de Atividade: Judiciária, do Quadro de Pessoal deste Tribunal, na vaga decorrente da Portaria nº 193/2016, publicada no DOU nº 109, de 09/06/2016.

Art. 21. Nomear o candidato FERNANDO STUCHI REIS DE OLIVEIRA, habilitado em 1º lugar no concurso público realizado por este Tribunal, para, nos termos do art. 9º, inciso I, da Lei nº 8.112/90, exercer em caráter efetivo o cargo de Analista Judiciário, Área Administrativa, Especialidade: Contabilidade, do Quadro de Pessoal deste Tribunal, na vaga decorrente da Portaria nº 129/2016, publicada no DOU nº 103, de 1/06/2016.

Art. 22. Os candidatos deverão apresentar, como condição para a posse, os documentos exigidos na Portaria nº 43/2009, alterada pela Portaria nº 92/2016.

Art. 23. Os candidatos nomeados nesta Portaria ficam enquadrados na Classe A, Padrão I, das respectivas carreiras.

Art. 24. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Desembargadora MARIA HELENA  
GARGAGLIONE PÓVOAS

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL  
DO MATO GROSSO DO SUL

## PORTARIA Nº 214, DE 20 DE JUNHO DE 2016

O DESEMBARGADOR DIVONCIR SCHREINER MARAN, PRESIDENTE DO EGRÉGIO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das prerrogativas que lhe são conferidas pelo artigo 22, inciso XII, da Resolução TRE/MS nº 170, de 18.12.97, Regimento Interno deste Tribunal, e tendo em vista o teor do Processo Sei nº 0002309-52.2016.6.12.8000, resolve:

Art. 1º. Conceder ao servidor NÉLSON SILVEIRA OZUNA, ocupante do cargo efetivo de Analista Judiciário, Área Judiciária, Classe "C", Padrão NI-13, APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA COM PROVENTOS INTEGRAIS E PARIDADE, com fulcro nos artigos 3º da Emenda Constitucional n.º 47/2005 e 7º da Emenda Constitucional n.º 41/2003, assegurando-lhe a inclusão em seus proventos da vantagem VPNI, decorrente de quintos incorporados, bem como da parcela opção, prevista no parágrafo 2º do art. 18 da Lei nº 11.416/2006, com redação dada pela Lei nº 12.774/2012, cuja referência é o cargo em comissão de nível retributivo CJ-1.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, nos termos do art. 188 da Lei 8.112/90.

Desembargador DIVONCIR SCHREINER  
MARAN

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL  
DO RIO DE JANEIRO

## ATO Nº 292, DE 20 DE JUNHO DE 2016

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições legais e regimentais, considerando o que consta do protocolo nº 78.441/2016, resolve:

Artigo 1º - Dispensar, a pedido, a servidora MOEMA MUNCH AYRES PEREIRA, Analista Judiciário do Quadro de Pessoal deste Tribunal, da Função Comissionada de Chefe, Nível FC-06, da Seção de Controle Orçamentário, da Coordenadoria de Orçamento, da Secretaria de Orçamento e Finanças do Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro.

Artigo 2º - Este ato entra em vigor na data de sua publicação.

Desembargador ANTÔNIO JAYME BOENTE